

Apresentação do romance *Quinto Império: Profecia de Perdição*,

de Manuel Maria

Começo por relembrar as coordenadas do tempo que nos fizeram reencontrar, juntar: dia trinta do mês que já foi o oitavo do ano – daí a aproximação etimológica da designação -, mas passou a décimo com a reformulação do calendário juliano para o gregoriano. Podia ser outra a data - que até me foi dada a escolher -, mas saiu esta - 30 do 10 - nesse jogo de sorte e azar que a vida também é. Se acrescentarmos o ano 2021, digamos que a soma dos algarismos também contribui para uma leitura enigmática do acontecimento. Com o trinta e o dez, já temos a comunhão de múltiplos, com o cinco à cabeça. O ano, naquela operação matemática que todos fazíamos, enquanto crianças, e designávamos de ‘noves fora nada’, acrescenta-lhe um sentido de coincidência desafiante e inspirador.

Tudo isto porque o número de palavras com que se compõe o título da obra, hoje publicamente apresentada, é precisamente cinco, e a abrir com o termo “Quinto”. Anunciado o “Quinto Império” em duas palavras, outras três o perspectivam como “Profecia de Perdição”. Aliás, pode dizer-se que, na produção romanesca, Manuel Maria habituou-nos ao cinco desde *Checa é pior que turra* (1996), *Não-Sei-Que-Diga-I* (2004), *Contas de um Outro Rosário* (2007), *História Que Daria Um livro* (2018), *Cinco palavras de António Vieira* (2020). Cinco títulos a cinco palavras, totalizando vinte e cinco – novo múltiplo. Ora, agora, ao longo de 25 capítulos (excetuando o epílogo), corre uma narrativa que se propõe na continuidade do quarto romance: *Cinco palavras de António Vieira* (2020). Com o lançamento de um novo registo romanesco,

chegamos, assim, ao quinto romance do autor, uma vez que *Não-Sei-Que-Diga-I* (ainda que narrativo) está mais para o registo de crónicas.

Apelando a um outro alfabeto do conhecimento, permitam-me lembrar que, segundo o Tarot, nas cartas dos arcanos maiores, o cinco corresponde à figura de 'O Papa'. O simbolismo do número, na decomposição de um 4+1, sugere uma ação unitária que dirige as forças materiais; com 2+2+1, uma mediação entre duas fecundidades (a Papisa, na repetição do germen, sem esquecer a unidade); com 2+3, uma conjugação de energias (as da Papisa e as da Imperatriz, respetivamente), a lembrar a fecundação de ciclos, de forças mentais associadas à comunicação e à comunhão. Trata-se, genericamente, de uma carta espiritual que evoca a descida do sagrado sobre o material; um aviso espiritual que deve encontrar eco no plano físico; um apelo para a libertação da matéria.

Talvez um pouco de tudo isto venha a ser *Quinto Império: Profecia de Perdição*, livro que cita a carta que fechou *Cinco Palavras de António Vieira*. Nesse registo epistolográfico, remetido à viúva regente D. Luísa de Gusmão, prenuncia-se um percurso: a passagem da benevolência, da conciliação, da esperança ao ódio, à inveja, à falsidade e ao desconhecimento. Começa o narrador por dizer que era o ano de 1658. Mais de meio ano depois, fica localizado o tempo de arranque deste novo romance com o protagonista ainda e sempre focado na sua missão evangelizadora de catequização dos índios, bem como de luta pela dignificação humana daqueles que, no século XVII, não passavam de dominados às mãos de interesses económicos e de disputas de poderosos sem escrúpulos, fossem estes mais ou menos mascarados por alguma fé. Terminará o romance com uma outra carta, desta feita ao Marquês de Gouveia, datada de 20 de dezembro de 1663. Entre a remissão aludida nas primeiras linhas e o fim narrativo, passam cinco anos (de novo!), com o autor da *História do Futuro* nas mãos do Santo Ofício.

Ofício bem mais santo, mais verdadeiro, essencial e humanista foi, indubitavelmente, o de Vieira - orador e prosador, a reviver nas linhas agora escritas e expostas a um público leitor que deve conhecer mais do homem, do tempo e da visão do mundo seiscentista, para nele poder perscrutar um ideólogo do "novo mundo", um profeta, um fundador de mitos futuros, também oriundos de passado, com um sentido de fraternidade, de espiritualidade, de visão utópica numa união de povos, etnias e línguas (das mais eruditas às vulgares).

Trata-se de um pensador na vanguarda de um tempo, no qual a cor da pele distinguia colonizadores de colonizados ou determinava a condição de dono e a de escravo; as línguas eram confrontadas com evidentes preconceitos (como os da língua de cultura e erudição face aos linguarejares índios e negros); os ladrões já se multiplicavam. Assim o lembra no capítulo V do *Sermão do Bom Ladrão*, proferido em 1655, na Misericórdia de Lisboa (quando o queria ter feito na Capela Real):

“Diógenes, que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, viu que uma grande tropa de varas e ministros de justiça levavam a enforcar uns ladrões, e começou a bradar: — Lá vão os ladrões grandes a enforcar os pequenos. — Ditosa Grécia, que tinha tal pregador! E mais ditosas as outras nações, se nelas não padecera a justiça as mesmas afrontas! Quantas vezes se viu Roma ir a enforcar um ladrão, por ter furtado um carneiro, e no mesmo dia ser levado em triunfo um cônsul, ou ditador, por ter roubado uma província. E quantos ladrões teriam enforcado estes mesmos ladrões triunfantes?”

Nem quatrocentos anos (e pelos vistos não são muitos!) para se continuar a ler tão atuais palavras! A evolução, se a houve, parece ter ficado na subtileza do furto... que deu fruto. Se Adão se fez ladrão recebeu o inferno; mas há ladrões maiores que, por não serem ou não se acharem Adões, conseguem chegar ou andar pelo(s) paraíso(s, nomeadamente os fiscais).

O “Pai Grande” (ou Payassu, como os índios o designavam) foi dos primeiros a reconhecer um sentido de justiça argumentativamente apurado; também o valor da diferença, da tolerância entre os homens e no que os define; e ainda a defesa da miscigenação dos idiomas, numa legitimação tanto do culto “pulcro” como dos registos comuns do “belo” ou do “bonito”, para não falar das sonoridades escutadas em todas as cores da sua ação missionária. A aproximação fazia-se, então, a um Quinto Império (com um Papa “angelicus” e um imperador cristão), abraçando judeus, cristãos, muçulmanos numa espécie de paraíso, a construir em vida entre os homens e não a doutrinar como prémio a alcançar depois da morte (atualidade tão inquestionável).

É este o protagonista do romance que aqui nos traz, com o que de real e virtual tem. Assim o viu Manuel Maria, recuperando Pre. António Vieira da sua senda histórico-biográfica para uma dimensão nova, a de um universo em que a personagem se cruza com Adão e Eva (Maria), sem que estas últimas sejam necessariamente bíblicas. São o que de mais humano e natural existe, no que a representação de “um carpinteiro no estaleiro da Ribeira das Naus” e “uma moça de alcouce” - que não é virgem e “muito menos santíssima” - possam trazer à história. Trazem, por certo, o amor feito de vontade, a lembrar um Baltasar e uma Blimunda do *Memorial do Convento*, de José Saramago (também eles viveram uma verdade feita de vontade, num período de obscurantismo inquisitorial).

Há ainda um Gianluca Vincenzo, vindo já de *Cinco Palavras de António Vieira*: “um músico de sete instrumentos” e que é “extremamente hábil na arte de marear”. Música e mar... também máscara de um homem que se revela tão verdadeiro que, para se salvar e sobreviver à Inquisição, faz dessa arte combinatória de sons e silêncios a própria vida. Como piloto de mar que foi enquanto David Salomão, teve de naufragar, afogar-se e ressurgir, qual Fénix Renascida, com nova identidade – um outro nome para uma nova oportunidade, capaz de mostrar um só ser de humanidade singular (caráter bem distinto

daquele jovem príncipe feito rei que, encapuzado, colocava uma máscara entre si e os outros, para poder participar nos jogos libertinos da sua vida boémia). É homem que conseguiu atingir um estado de felicidade com uma escrava, quase numa recriação camoniana de uma cativa que o deixou cativo. Não é “bárbara”, não; antes Winny, uma bonita princesa embarcada em Santo António do Zaire e que, entre os crimes cometidos e o mistério dos segredos narrativos, Gianluca acaba por libertar, comprando-lhe a carta de alforria. Desposa-a, por amor, e dela recebe dois filhos (Antoninho e Francisquinho), sem os perigos que ela mesma representa para quem a quis tomar por garantida.

É ele um aliado de Vieira; um adjuvante de Adão e Eva (Maria); piloto que atravessa rios e oceanos, nas condições mais adversas, para dar satisfação, proteção e cumprimento ao que interessa, a bem de todos. Não admira, portanto, que termine como padrinho de um casamento, que ajudou a concretizar.

Quanto ao Quinto Império, nunca melhor capítulo para o mencionar, pela primeira vez, senão o quinto.

No momento crítico vivido, no reino de Portugal, com a regência da viúva de D. João IV e com a anunciada subida ao trono de D. Afonso VI – com as consequentes intrigas palacianas e a “cobiça insaciável dos maiores” -, assume António Vieira que D. Luísa de Gusmão precisa de “palavras de conforto, palavras que robusteçam a sua fé e, sobretudo, alimentem a sua esperança”:

“É chegado o momento de lhe fazer chegar a minha crença no Quinto Império”. (V, 27)

Se, no jogo dos múltiplos de cinco, o Quinto Império não aparece explicitado no capítulo X, a verdade é que não deixa de estar subentendido neste último, pela citação de todo um sermão que exemplifica o “Evangelho [como]

o pregador”. Começa o orador seiscentista, numa construção quiasmática, por indicar o seguinte:

“o estilo era que o pregador explicasse o Evangelho; hoje o Evangelho há de ser a explicação do pregador” (X, 57).

Tome-se em consideração ainda o raciocínio seguinte:

“Até agora celebrou a Igreja o nascimento de Cristo; hoje celebra o nascimento da Cristandade.

Nasceu hoje a Cristandade, porque os três reis que neste dia vieram adorar a Cristo foram os primeiros que o reconheceram por Senhor, e por isso lhe tributaram ouro; os primeiros que o reconheceram por Deus, e por isso lhe consagraram incenso; os primeiros que o reconheceram por homem em carne mortal, e por isso lhe ofereceram mirra. Vieram gentios, e tornaram fiéis, vieram idólatras, e tornaram cristãos.” (X, 57)

É nesta coincidência de opostos que se convoca a aproximação, a comunhão, a comunicação – afinal, aquilo que deve pautar qualquer credo ou fé. É este ideário tão próximo do nosso contemporâneo “Todos diferentes todos iguais” que se espelha na dimensão ideal, utópica, imaterial, espiritual da essência que o bem é ou tem. O ideal missionário de Vieira revelava esta configuração transformadora matizada de múltiplas cores, pautada pela tolerância e pela conciliação de opostos; atingia vastas proporções e, conjugado com a tradição messiânica europeia (cuja última expressão lia nas *Trovas de Bandarra*), conseguia visionar uma unidade universal, onde católicos, protestantes, judeus, mouros e gentios se congregavam num Reino de Cristo

sob a égide espiritual do Papa e o governo do Rei de Portugal. Assim se prefigurava o Quinto Império do Mundo.

No quadro temporal vieirino, ele mais não é do que um construto cultural surgido na confluência de várias heranças: uma judaica (relacionada com os cristãos-novos, que aguardavam um messias redentor); uma cristã (a dos cristãos velhos, ansiando pela vinda, de novo, do Messias, de Cristo); a crença peninsular relacionada com o mito do encoberto; a configuração e reconfiguração do mito do Desejado; um fenómeno de substituição face a uma fase de acentuado desespero, com a incerteza e o mistério do desaparecimento de D. Sebastião; a leitura e a paráfrase das *Trovas de Bandarra*, por D. João de Castro; a influência ou reminiscências, inclusive, das próprias lendas arturianas e da analogia com o eventual regresso do rei Artur da ilha de Avalon.

Ao mesmo tempo que se esperava pelo regresso já quase impossível de D. Sebastião, desaparecido em Alcácer-Quibir, havia-se cruzado a tendência sebastianista com o mito do rei encoberto – uma lenda que já vinha de épocas anteriores ao jovem monarca, bem como às *Trovas de Bandarra*; uma lenda que teria passado de Espanha para Portugal, já em textos do início das primeiras décadas do século XVI, e que teria a sua origem no reinado do imperador Carlos V (popularmente não muito apreciado e já com ruína augurada). Prenunciava-se já a chegada de um chefe novo, tal como o comprovam textos de cariz e esperança messiânicos – o caso das coplas de Frei Pêro de Frias, provenientes de Valência, por volta de 1520, onde se anunciava “un rey que non se descubre”; coplas de Frei João de Rocacelsa, religioso beneditino aragonês, também a referirem um rei encoberto; as profecias de Santo Isidoro, citadas por D. João de Castro, na paráfrase que produz às *Trovas de Bandarra*. No caso específico português, o rei Restaurador acabou por unificar dois conceitos mítico-culturais: o do sebastianismo e o do encoberto. Recuperada a independência nacional com o então Duque de Bragança e assegurado o poder régio na continuidade de um golpe palaciano, todas as profecias que tinham

alimentado o patriotismo precisavam de ser ajustadas ao novo rei D, João IV, o Restaurador. Digamos que o domínio oratório e retórico de António Vieira deu forte contributo para que, durante o período de Restauração, se aliasse o debate sucessório com a sua expectativa messiânica em relação a Portugal, projetando o Quinto Império como mito para a ação e consolidação de um estado soberano, independente de Espanha, regido por um monarca que, de acordo com bases proféticas, viria da casa de Bragança com fortes laços às dinastias europeias, sendo o único capaz de conduzir Portugal ao seu destino divino.

Disto se titula o romance de Manuel Maria – de profecia e também de perdição.

No capítulo XV (novo múltiplo), volta a aludir-se à “teoria do Quinto Império”, particularmente pelo inquérito instruído a um “António Vieira abatido nos seus cinquenta e quatro anos de idade”. É o caminho da profecia rumo à perdição, nomeadamente a da vida de Vieira, perseguida, controlada e arrestada pela Inquisição, por esse polvo que “é o maior traidor do mar”; que “com aquele seu capelo na cabeça parece um Monge, com aqueles seus raios estendidos parece uma Estrela, com aquele não ter osso nem espinha parece a mesma brandura, a mesma mansidão”. É a alegoria de uma “hipocrisia tão santa” que todos revemos no que o Tribunal do Santo Ofício acabou por se revelar: “o que abraça, e mais o que prende”, pelo que “Judas (...) já é menos traidor”.

Retomo aqui a ideia da máscara, a da representação e, permitam-me o jogo de palavras, a da sacralização do profano e/ou a da profanização do sagrado (se é que este alguma vez o foi). Esta mundividência barroca, tão própria e típica do século XVII, é muito estratégica para a consciência da efemeridade de todas as coisas, ou seja, para o facto de que tudo o que é belo tem de perecer e decompor-se um dia. Daí muita da frivolidade e afetação barrocas.

Entre o parecer e o ser, a aparência e a essência, a cara e a máscara, a conjugação dos opostos impõe-se - a mesma que o professor Alberto explica a Sofia, em *O Mundo de Sofia* (1995), de Jostein Gaarder:

“Um chavão do Barroco era o provérbio latino «carpe diem» - que significa: «goza o dia!». Um outro provérbio latino muito evocado diz: «memento mori» - e significa: «Recorda que tens de morrer!». Na pintura, o mesmo quadro podia mostrar simultaneamente uma grande exuberância enquanto num canto inferior estava pintada uma caveira.”

Percebe-se, portanto, que, no episódio do anúncio das festividades do casamento da Infanta D. Catarina com o rei Charles de Inglaterra, o narrador do nosso romance relate um diálogo aos nossos olhos e ouvidos desconcertante: um ancião, comentando o evento festivo e solene, questiona Gianluca se tais “cortejos exuberantes, com pompa e circunstância” serão “Mais ricos e mais bonitos do que os autos de fé”. Espanto e interrogação tão insólitos para nós! A fronteira entre o sagrado e o profano eram ténues; o sentido de festa barroco punha-os em comunhão, a ponto de, hoje, os nossos olhos verem algum obscurantismo na incapacidade de os distinguir.

A perdição dos homens é também esta – a de não verem ou a de não quererem ver para lá do que a realidade imediata dá. Disto não pode Vieira ser acusado, profeta que foi de uma dimensão por todos desejada: a do bem, a da união, a do respeito pela diferença, a da tolerância, a da esperança, a da espiritualidade congregadora. Acrescentaria a da comunicação, etimologicamente associada a comunhão. Tornou comum um pensamento, e desafiou quem o quis controlar, no mínimo, pelas palavras. Por isso, em carta ao Duque de Cadaval, surge o reparo:

“*não está o mal nas palavras, senão na interpretação que lhes querem dar.*” (XVIII, 103)

No capítulo XX (pág. 120) e no XXV (pág. 142) – mais uns múltiplos de cinco -, retoma-se a referência ao mito pelo que tem de profético, prenunciador de cumprimento. Ainda que perseguido e “preso nos cárceres de custódia da Inquisição de Coimbra no dia 1 de outubro de 1666”, Padre António Vieira manteve-se fiel a uma ideia que nenhuma fogueira destruiu, apesar de privado da sua arte de pregar, da sua voz ativa e passiva. O poder da mente sai destacado, para lá de qualquer outra forma de exteriorização. A língua também comunica no pensamento. Se o Homem é a língua que usa, na composição caleidoscópica de Vieira (orador, escritor, pensador, humanista, diplomata, político, "influencer" de um tempo pleno de teatralidade na vida ou de vida tão feita de teatro), a verdade é que nela se firmaram a multiplicidade e a multimodalidade do Português - que também é pensamento, voz, face, gesto, grafia e "História de Futuro".

No âmbito dos discursos proféticos, premonitórios que a literatura nos legou, contam-se as palavras bíblicas do profeta Daniel, interpretando o sonho de Nabucodonosor; as *Trovas de Bandarra*, que o *Index Librorum Prohibitorum* condenou; o discurso camoniano colocado na voz ficcionada de Júpiter que, em *Os Lusíadas*, anuncia o esquecimento de “Assírios, Persas, Gregos e Romanos” (quatro impérios que se vão); o “Quinto Império” de Padre António Vieira.

O QUINTO IMPÉRIO

*Triste de quem vive em casa,
Contente com o seu lar,
Sem que um sonho, no erguer de asa,
Faça até mais rubra a brasa
Da lareira a abandonar!*

*Triste de quem é feliz!
Vive porque a vida dura.
Nada na alma lhe diz
Mais que a lição da raiz —
Ter por vida a sepultura.*

*Eras sobre eras se somem
No tempo que em eras vem.
Ser descontente é ser homem.
Que as forças cegas se domem
Pela visão que a alma tem!*

*E assim, passados os quatro
Tempos do ser que sonhou,
A terra será teatro
Do dia claro, que no atro
Da erma noite começou.*

*Grécia, Roma, Cristandade,
Europa — os quatro se vão
Para onde vai toda idade.
Quem vem viver a verdade
Que morreu D. Sebastião?*

21-2-1933

Mensagem. Fernando Pessoa. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1934 (Lisboa: Ática, 10^a ed. 1972).

Estes são versos de Pessoa, publicados na subdivisão “Os Símbolos” da terceira parte (intitulada “O Encoberto”) dessa epopeia moderna intitulada *Mensagem* (1934). É uma versão reconfigurada do mito: dos impérios que se foram e já não são os de Vieira; do rei que morreu, sem possibilidade de retorno, e se reconstrói como Encoberto; da verdade que se prefigura num outro século, num contexto diverso e numa outra realidade. Compõe-se, desta forma, o desafio, a incitação, o estímulo ao futuro. Se a verdade de D. Sebastião é loucura, ambição, insatisfação, inconformismo, interpelação, sonho (com tudo o que de liberdade, fraternidade e igualdade significam), veja-se na interrogação final o convite à ação que se quer presente, rumo ao futuro e ao “Quinto Império” (desejavelmente sem perdição).

Agostinho da Silva, uma vez questionado sobre o Quinto Império, reconhecia-o como uma reflexão não sobre ciências exatas, mas de fé; daí assumir que acreditava “*no Quinto Império, porque senão o ato de viver seria inútil.*” Acrescentava, porém, que admitia um império sem os clássicos imperadores, sem opressão, nem violência, sem base em terra, porque a propriedade escraviza. Só não a ter nos torna livres. Destacava, assim, a sua visão de mundo humanista: um império que leve aos povos do mundo uma filosofia capaz de abranger a liberdade. “*O Quinto Império será o restaurar da criança em nós e em nós a coroarmos o imperador, eis aí o primeiro passo para a formação do império*”¹.

Neste alinhamento e na crença de que muitos passos temos a dar, resta-me dizer-te, Manuel Maria, que o teu romance me trouxe ecos, lembranças, reminiscências de vida, por experiências e leituras; também sentidos de ação, convocados pelo comportamento e pelo exemplo das tuas personagens (as mais virtuosas, claro!). Fez-me ainda evocar o modelo de um homem grande, cujo pensamento ultrapassa o seu tempo, na universalidade de valores humanistas e no testemunho que deu. O “imperador da língua portuguesa”, como Pessoa o apodou, é figura maior no ser, no saber e no(s) sabor(es) da língua.

As palavras que aqui hoje trouxe são parcas e humildes perante a grandiosidade do assunto. Espero que não desmereçam a obra que criaste e que já, por várias vezes, tratei como “nosso romance”, pela gentileza e qualidade da tua partilha. O certo é que elas mesmas continuarão a ser a imagem do meu futuro; melhor, do nosso, pelas identidades que temos vindo a construir e continuaremos a reforçar. No muito que somos, sabemos que somos leitores. Tu és escritor e tens obra que nos faz comunicar, comungar no que espiritualmente mais nos une. Fraternalmente, os laços dos que aqui estão e dos que desejariam cá estar são mais perenes: são de passado, de presente e com

¹ Cf. *Crónicas do quinto império: O quinto império*, por Joaquim Ruivo, Região de Leiria, 5 de janeiro de 2013 (in [Crónicas do quinto império: O quinto império – Região de Leiria \(regiaodeleiria.pt\)](http://www.regiaodeleiria.pt)).

futuro. São de tempo - o vivido, o imaginado, o partilhado no físico e na alma. Nesta plenitude, espero e recomendo este teu quinto romance como momento feliz de entrega à leitura para todos os que anseiam libertar-se dos enleios da realidade; os que procuram espelhos, imagens, reflexões no escrito e para além dele. Que todos se revejam num António Vieira, de pensamento e de escrita tão contemporâneos, intemporais, que interessa bem (re)descobrir com muito mais do que cinco palavras.

“Não é tudo isto verdade?”

Muito obrigado a todos.

Paranhos e Auditório Horácio Marçal

30 de outubro de 2021

Vítor Manuel Fernandes de Oliveira